

JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL ISSN: 2526-4281 - QUALIS B1



**INFÂNCIA INDÍGENA APINAYÉ: UM
ESTUDO SOBRE AS APRENDIZAGENS
ESSENCIAIS DA BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR (BNCC)**

**APINAYÉ INDIGENOUS CHILDHOOD: A
STUDY ON THE ESSENTIAL LEARNINGS
OF THE COMMON NATIONAL
CURRICULUM BASE (BNCC)**

Rosimar LOCATELLI
Instituto de Ensino Superior do Sul do
Maranhão (IESMA/UNISULMA)
E-mail: rose.locatelli@gmail.com



RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar e descrever a noção de infância indígena para a comunidade Apinayé e as aprendizagens essenciais no contexto das interações entre educação, comunidade e infância, para entendermos como é possível valorizar o patrimônio cultural, os modos de fazer, a tradição oral, a organização social das crianças Apinayé, a partir dos direitos de aprendizagem essenciais no contexto presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece seis direitos de aprendizagens que devem ser garantidos na Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. A educação escolar indígena enquanto instituição formadora deve assumir sua responsabilidade de promover uma educação de qualidade. Um dos papéis principais do sistema educacional moderno é de formar o sujeito a partir de competências que permitem a partir de tais habilidades a participação efetiva dessas pessoas na esfera econômica e social. Reconhecendo que quando se trata de um direito, é uma ferramenta valiosa para superação dos preconceitos, desinformações e equívocos, principais causas que motivam a violência cultural contra os povos indígenas. Vale lembrar que esses direitos de aprendizagens e condições objetivas, embora muito necessária e importante, não é obrigatória para as comunidades indígenas, que a partir da resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 estabelece que a Educação Infantil é opcional, cabendo a cada comunidade indígena determinar o ensino e educação que mais lhe convém, no sentido de estabelecer acompanhamento necessário para essas crianças, mantendo sua cultura.

Palavras-chave: Infância Indígena. BNCC. Aprendizagens Essenciais. Criança Apinayé.

ABSTRACT

The present work aims to analyze and describe the notion of indigenous childhood for the Apinayé community and the essential learning in the context of interactions between education, community and childhood, in order to understand how it is possible to value cultural heritage, ways of doing things, tradition oral communication, the social organization of Apinayé children, based on the essential learning rights in the context present in the National Common Curricular Base (BNCC), which establishes six learning

rights that must be guaranteed in Early Childhood Education: living, playing, participating, exploring, express and get to know each other. Indigenous school education as a training institution must assume its responsibility to promote quality education. One of the main roles of the modern educational system is to form the subject based on competences that allow, based on such skills, the effective participation of these people in the economic and social sphere. Recognizing that when it comes to a right, it is a valuable tool to overcome prejudice, misinformation and misunderstandings, the main causes that motivate cultural violence against indigenous peoples. It is worth remembering that these learning rights and objective conditions, although very necessary and important, are not mandatory for indigenous communities, which, as of resolution No. Indigenous community to determine the teaching and education that suits them best in order to establish the necessary accompaniment for these children, maintaining their culture.

Keywords: Indigenous Childhood. BNCC. Essential Learning. Apinayé Child.

INTRODUÇÃO

A escolha dessa temática comunga com o interesse de contribuir para pesquisas de trabalhos contemporâneos sobre os Apinayé que aborda questões relacionadas à infância e aprendizagem indígena, dado a necessidade de pesquisas e registros atuais.

Neste trabalho realizaremos um estudo a partir das contribuições das disciplinas: Estado, Sociedade e Políticas de Educação Infantil; Currículo e Planejamento na Educação Infantil; Fundamentos filosófico-histórico-históricos da BNCC sobre um olhar para infância Apinayé em contextos presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que estabelece seis direitos de aprendizagens que devem ser garantidos na Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. A pesquisa se direciona para uma abordagem “pedagógica” ao analisar como esse ensino vem sendo realizado com as crianças Apinayé a partir das práticas sociais da comunidade e na escola.

ESTADO SOCIEDADE E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM ESSENCIAIS ÀS PRÁTICAS CULTURAS E O SENTIMENTO DE INFÂNCIA

A luta por espaços políticos, social e de direito é uma busca constante encarada pelos povos indígenas. Neste contexto, os estudos relacionados à infância indígena nunca se destacaram nas análises sobre o conhecimento da infância, historicamente, sempre

privilegiou os domínios da experiência humana do pensamento ocidental. Como isso, como assinala Rodrigues (1992), se permitiu elaborar tantas generalizações sobre crenças e valores que regem a constituição da infância na modernidade.

A partir das contribuições da disciplina: Estado, Sociedade e Políticas de Educação Infantil dialogamos sobre os estudos referentes à criança e à infância como um todo, compreendemos que sua trajetória histórica é permeada pelas construções sociais, resultado das ações do Estado e fruto de uma sociedade hegemônica que em pleno século XXI, ainda se mantém um sentimento de domínio social.

Os indígenas Apinayé convivem lado a lado com o preconceito. Essa realidade está imbrincada na trajetória histórica de dominação desde a colonização e da escravidão que, ao longo do tempo, revela casos de matança, apagamento e invisibilidade da cultura das sociedades minoritárias. Tal fato, ainda hoje se nega e tenta apagar a própria existência desses povos, atitude que influencia diretamente na condição identitária, que diferencia essa comunidade da sociedade hegemônica, colocando o indígena numa situação de marginalizados, ignorados e discriminados pela nossa sociedade.

Nesse ínterim, o respeito e a valorização da cultura, da língua e da diversidade entre a infância das crianças indígenas é fundamental para compreender a infância indígena desatrelando-a de uma concepção de infância generalizada de uma visão hegemônica ocidental. É preciso “[...] reconhecem nelas potencialidades que as permitem ocupar espaços de sujeitos plenos e produtores de sociabilidade” (TASSINARI, 2013, p. 23).

Para Tassinari (2013), as crianças indígenas são mediadoras como, por exemplo, levar e trazer recados de diferentes grupos domésticos ou também na relação ou no contato com os não índios. Assim, o processo de desenvolvimento das aprendizagens essenciais deve estar atrelado com as relações culturais e contribuir para uma identidade indígena e o desenvolvimento pleno da criança Apinayé.

De forma que a generalização de uma infância não se contempla a diversidade e o mundo real das crianças Apinayé, que fazem parte de uma cultura específica, de língua própria e que através dela que se comunicam, se relacionam, repassam seus saberes tradicionais, que dançam, que cantam, se despedem dos que vão e que confraternizam. Lugar onde a cultura e a língua são vivas em todas as relações dentro da aldeia e ensinada para as crianças desde muito cedo.

Ressaltando com isso que não há uma generalização ao tratarmos de infância indígenas, pois cada criança tem uma infância diferente e vive de acordo com sua

realidade, e devem ser compreendidos dessa forma e não de outra. Esse construto sócio-histórico da etnia indígena Apinayé é erigida de um enorme patrimônio cultural, caracterizado por uma vasta celebração de rituais, mitos, cantorias e pinturas corporais.

Silva, Macedo e Nunes (2002, p. 18), apresentam seis princípios compreender a noção de infância indígena:

1. A infância deve ser entendida como uma construção social, fornecendo assim um quadro interpretativo para os primeiros anos da vida humana. [...]
2. A infância deve ser considerada como variável de análise social, tal como gênero, classe e etnicidade, [...]
3. As relações sociais e a cultura das crianças são merecedoras de estudos em si mesmas, independente da perspectiva e dos interesses dos adultos.
4. As crianças devem ser vistas como ativas na construção e determinação de sua própria vida social, na dos que as rodeiam, e na da sociedade na qual vivem. As crianças não são apenas sujeitos passivos de estruturas e processos sociais.
5. A etnografia é um método particularmente útil ao estudo da infância. [...]
6. A infância é um fenômeno em relação ao qual uma dupla hermenêutica das ciências sociais está presente, ou seja, a proclamação do novo paradigma da sociologia da infância também deve incluir e responder ao processo de reconstrução da infância na sociedade.

Reconhecer e valorizar essa diversidade, é superar um preconceito, ação que depende cada vez mais da intervenção do Estado com políticas sociais e projetos educacionais que realmente sejam efetivos a esse processo de reconstrução de um sentimento de respeito, que reconheça a existência e a especificidade de cada categoria de infância vivenciada nessas comunidades indígenas. Que de acordo com Rodrigues (1985), esses preconceitos acontecem em decorrência dos conceitos eurocêntricos de “civilização” e do etnocentrismo cultural.

Essa é uma preocupante realidade que ainda ecoa no mundo, haja vista a explícita discriminação, revestida de um sentimento de superioridade que tenta matar a cultura desses povos. A intolerância é resultado desse modo de pensar a respeito do indígena. Apesar das tantas tentativas de esclarecimentos por inúmeros estudiosos e defensores da causa, por reconhecerem os valores dessas comunidades indígenas, ainda não foi superado seu estigma retrógrado de desvalorização.

O sentimento de infância indígena para a comunidade Apinayé é construída nas relações comunitárias, coletivas entre as crianças indígenas e os adultos, que são cuidadas e instruídas pelos seus familiares, e que tem um papel fundamental no cotidiano da comunidade.

[...]. Na sociedade Apinayé, os velhos, os adultos e as mulheres, em geral, respeitam suas crianças e as ensinam diariamente os saberes de sua comunidade. É ouvindo os mais velhos e os pais que os meninos e meninas se apropriam dos conhecimentos culturais Apinayé. Eles aprendem com os mais velhos as histórias, os rituais, as músicas, as receitas de remédios e os mitos culturais referentes à origem do povo Apinayé (ALBUQUERQUE, 2007, p. 145).

Esse respeito se define a partir do ensino dos saberes tradicionais para as crianças Apinayé de acordo com Albuquerque (2007) vem sendo praticada pelo mais velhos, espaço de interação e socialização com os costumes e com o convívio diário com a cultura, a língua e as atividades com os adultos. Lugar que se garante as aprendizagens essenciais presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é o de: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Por mais que não se estabeleça uma educação formal, (educação infantil) esses saberes são possíveis através dessas práticas.

Vale lembrar que esses direitos de aprendizagens e condições objetivas, embora muito necessária e importante, não é obrigatória para as comunidades indígenas, que a partir da resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 estabelece que a Educação Infantil é opcional, cabendo a cada comunidade indígena determinar o ensino e educação que mais lhe convém, no sentido de estabelecer acompanhamento necessário para essas crianças, mantendo sua cultura. Dada à compreensão que neste período da infância a criança indígena se constitui o melhor momento de convívio com os seus costumes e para aprender com os seus familiares.

Assim, a Educação Infantil é direcionada e avaliada de acordo com as especificidades de cada comunidade, dessa forma, o acesso a esse direito ofertado pelo Estado não corresponde a uma obrigação, mas deve partir das necessidades de cada comunidade e que possa contribuir com os interesses de cada povo.

Devendo o Estado respeitar e valorizar as especificidades de cada etnia, buscando sempre o interesse dos diferentes modos de vida dos povos indígenas, sem estabelecer imposições diretas de escolarização.

Assim, os olhares e as relações estabelecidas com as crianças indígenas devem ser amplos, de forma a compreender sua infância a partir da singularidade, dentro dos seus aspectos culturais e de sua sociedade. Além disso, se faz necessário observar as categorias sociais presentes nas diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para que se estabeleça um olhar apropriado, com uma compreensão singular sobre a infância indígena,

considerando a relação entre as aprendizagens das práticas sociais e a constituição da identidade das crianças Apinayé, de forma que ela tenha os direitos garantidos.

Assim, compreendemos que para garantir que um novo paradigma de ensino comum seja bem-sucedido dentro das comunidades indígenas é preciso estar em consonância com os interesses das comunidades indígenas.

É importante destacar que uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) mesmo não sendo um documento obrigatório para educação infantil, deve levar em consideração toda a diversidade de valores, crenças e costumes de cada comunidade em questão. Para isso, é fundamental que se busque compreender as necessidades de cada grupo e desenvolver políticas educacionais direcionadas e não de forma generalizada.

CURRÍCULO E PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS DE UMA INFÂNCIA INDÍGENA E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS APRENDIZAGENS

*Educar é como catar piolho na cabeça da criança.
É preciso que haja esperança, abandono, perseverança.
A esperança é crença de que se está cumprindo
uma missão; o abandono é a confiança do
educando na palavra; a perseverança é a
perseguição aos mais teimosos dos piolhos,
é não permitir que um único escape, se perca.
Só se educa pelo carinho e catar piolho é o carinho
que o educador faz na cabeça do educando,
estimulando-o, pela palavra e pela magia do silêncio.
Ser educador é ser confessor dos próprios sonhos
e só quem é capaz de oferecer um colo para que
o educando repouse a cabeça e se abandone ao
som das palavras mágicas, pode fazer o outro
construir seus próprios sonhos. E pouco importa
se os piolhos são apenas imaginários!*

Daniel MUNDURUKU

A educação escolar indígena enquanto instituição formadora deve assumir sua responsabilidade de promover uma educação de qualidade, pois seu comprometimento compromete toda a comunidade que precisa desse conhecimento necessário para serem respeitados diante da sociedade hegemônica, pois só com uma educação de qualidade dentro de suas aldeias, terão condições de prosseguirem com os estudos fora dela.

A educação escolar indígena deve ser apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir

caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuírem com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global (LUCIANO, 2006, p.129).

A partir da Constituição Federal de 88 a educação passa a ser um direito de todos, reforçada pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), garantindo os direitos à educação para todos os alunos no ensino regular da rede pública. Em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 instituiu-se uma educação intercultural e bilíngue que em 1998 vai ser reestruturada através do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI 1998), que determina como deve ser tal educação:

[...] as escolas indígenas deverão principalmente respeitar os anseios dessas comunidades por uma educação que valorize suas práticas culturais e promova o conhecimento geral, lhes possibilitando a interação com outros grupos e sociedades, principalmente ao conhecimento da língua majoritária (RCNEI, 1998, p. 34).

Portanto, a escola indígena é pensada como instrumento amplo, no que se refere à dinâmica de aprendizado, e é vista como ferramenta promissora de libertação e manutenção da cultura indígena.

Daniel Munduruku (2013) indígena, escritor de Literatura Infantil narra suas experiências nas quais sofreu muito preconceito e racismo, traz na escrita o sentimento de quem viveu na pele sua própria rejeição. Despertar esse sentimento de orgulho e de pertencimento é papel da escola também, que devem ser definidas pelos documentos legais.

Reconhecendo que quando se trata de um direito, é uma ferramenta valiosa para superação dos preconceitos, desinformações e equívocos, principais causas que motivam a violência cultural contra os povos indígenas. Fortalecer e valorizar a cultura, no sentido de criar o sentimento de pertencimento étnico, também deve caracterizar um ensino intercultural.

Para o Currículo e Planejamento na Educação Infantil foram formuladas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2010), que proporcionaram um direcionamento específico para o atendimento das crianças pequenas, que hoje são substituídas pelas orientações da BNCC.

Essas referências legais desenvolvidas nesse processo ao longo de muitos debates, constitui-se no que temos hoje: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que delibera e orienta o processo de aprendizagens essenciais para todos os alunos, que devem ser desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em consonância com o que prescreve o Plano Nacional de Educação (PNE), integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o direcionamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (Brasil, 2017). Cabe as redes de ensino construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, tendo como referência o Decreto no 7.037/2009, o Parecer CNE/CP no 8/2012 e Resolução CNE/CP no 1/201221, educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena a partir das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICO-HISTÓRICO-HISTÓRICOS DA BNCC: UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Um dos papéis principais do sistema educacional moderno é de formar o sujeito a partir de competências que permitem a partir de tais habilidades a participação efetiva dessas pessoas na esfera econômica e social.

A constituição histórica dos sistemas educacionais, desde o princípio, está intimamente ligada ao desenvolvimento econômico da sociedade industrial e ao trabalho assalariado.

As discussões políticas para a educação é muitas vezes entendida como uma fonte de desenvolvimento para o trabalho e responsável pelo emprego, considerada fator chave na produtividade econômica, na competitividade e enquadradas nas políticas da economia como meio de crescimento. Sabemos que, outros fatores estão envolvidos nesse processo, tendo como base de desenvolvimento, questões estruturais, que vão além da educação, portanto, difícil fazer previsões sobre o futuro.

É importante perguntar: no contexto das políticas educacionais, como a BNCC vai transformar o ensino para o desenvolvimento de novas habilidades para a criança indígena Apinayé?

Com base nas novas aprendizagens essenciais definidas na BNCC, as competências devem concorrer para assegurar as crianças indígena Apinayé o desenvolvimento necessário para apropriação das demandas atuais com as dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento incorporadas pelo mercado de trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013). As competências como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017), terão características comuns estabelecidas pelos ensinamentos culturais, pelo que as crianças aprendem em comunidade, que deverão ser reforçadas nas séries seguintes de sua escolarização.

Nesse novo cenário mundial, requer o desenvolvimento de competências para saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com autonomia e responsabilidade em contextos cada vez mais adversos. O que requer uma apreciação muito mais aprimorada quando nos referimos às comunidades indígenas. A sociedade contemporânea impõe novas condições para o processo educacional, a partir de um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo. Não se pode pensar em uma educação tradicionalista, baseada só no que aprender, mas é preciso saber para que aprender e como ensinar a partir das novas necessidades de uma sociedade contemporânea. Assim, é importante que a escola atribua essas competências aos seus currículos.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais da Educação Escolar Indígena, lhes assegurando competências específicas com base nos “princípios da coletividade, reciprocidade, integralidade, espiritualidade e alteridade indígena, a serem desenvolvidas a partir de suas culturas tradicionais reconhecidas nos currículos dos sistemas de ensino e propostas pedagógicas das instituições escolares” (BRASIL, 2017).

Com essas propostas, temos uma grande perspectiva de um ensino intercultural, que seja desenvolvido a partir dos projetos educativos da própria comunidade, respeitando suas cosmologias, seus costumes e valores. Que venha capacitar esses jovens, não apenas com

as competências que visam o mercado de trabalho, mas que esteja de acordo com as suas necessidades particulares, lhes garantindo acesso às culturas digitais, e lhes dando condições de aplicar esses conhecimentos à vida comunitária e ao mercado de trabalho. Contribuindo para sua autonomia e tomar de decisões, com poder de comunicação e criatividade, capaz de ser analítico-crítico e participativo, sempre aberto aos novos desvios da vida social, sem perder sua essência indígena.

A partir da BNCC, podemos perceber que tais conquistas devem percorrer um caminho longo, considerando todas as demandas de uma educação escolar indígena, mas na medida em que passam garantir condições melhores para o desenvolvimento de uma educação que valorize a identidade étnica e a cidadania indígena, já será um avanço significativo, reconhecer o indígena como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2010).

Ao falarmos de habilidades e competências relacionada à BCNN, entendemos que essas sejam as ações que já foram amplamente detalhadas em muitos dos documentos já elaborados, não tidos como obrigatórios, mas que dentro das suas especificidades já direcionavam o ensino para esse fim. No entanto, esperamos que essas competências possam contribuir para a organização de novos direcionamentos que permitem mensurar todos os aspectos que envolvem habilidades, desempenho e desenvolvimento das comunidades indígenas no âmbito educacional.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as leituras e debates estabelecidos pelas disciplinas citadas inicialmente, percebemos que o direcionamento das diretrizes educacionais é antes de qualquer coisa um ato político, intencional que permeia todo processo de desenvolvimento social, forjado por um sistema capitalista que busca a sua manutenção, visto que, as habilidades e competências são demandas de uma necessidade globalizada, que traz impactos econômicos e humanos e sua relação com as políticas educacionais é uma visão ampla sobre as mudanças sociais necessárias ao contexto atual.

Para que isso seja uma realidade é preciso antes de qualquer coisa, que nesses processos das aprendizagens essenciais, haja o conhecimento das diversas normas

coexistentes na sua comunidade sócio-linguístico-cultural para que venham de fato ter acesso a conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. O que as comunidades indígenas vêm ao longo de suas relações com as crianças é oportunizando diversos saberes que envolvem sua participação coletiva no explorar, brincar e expressar, assim se conhece e se tornam sujeitos de uma sociedade identitária e culturalmente indígenas.

As crianças Apinayé devem e precisam ter domínio desse produto cultural sem apagar e sem perder a sua cultura, infelizmente, a escola ainda não é referência de sucesso quando falamos de aprendizagens essenciais.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed.: LTC, Rio de Janeiro, 2011.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. **Contribuição da fonologia ao processo de educação indígena Apinayé**. Niterói, 2007, 255 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ARENHART, D. **Culturas infantis e desigualdades sociais**. Petrópolis: Vozes, 2016.

ALMEIDA, Severina Alves de (Sissi). **A Infância e a Educação: as práticas pedagógicas na alfabetização da criança Apinayé**. UFT. Tocantinópolis. Monografia de conclusão do curso de pedagogia. 2010.

ALMEIDA, Severina Alves de (Sissi). **A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural: Um estudo Sociolinguístico das Aldeias São José e Mariazinha**. Dissertação de Mestrado. 2011. UFT – Universidade Federal do Tocantins. Araguaína. 197.p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso. 10 de maio de 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ministério da Educação. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil– Parecer nº 20/2009. Brasília: MEC, 2009.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

Rosimar LOCATELLI. **INFÂNCIA INDÍGENA APINAYÉ: UM ESTUDO SOBRE AS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)**. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br. 2022. FLUXO CONTÍNUO. Ed. 34. V. 1. Págs. 430-441.

BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. **Alfabetização como um processo social: análise de como ela ocorre entre os Kaingang de Guarapuava**, Paraná. In: Trabalhos em linguística aplicada. Campinas: UNICAMP, v.3, n. 14, 1989.

FUNAI. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Relatório Geral**. Administração Regional da FUNAI/Araguaína, 2010. Disponível on line: www.funai.gov.br. Acesso: 12-02-2022.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Funasa/ DSEI-TO**. Brasília, 2014.

LOCATELLI, R. **As crianças indígenas Apinaye e a alfabetização bilíngue**: um estudo exploratório na Aldeia São José. 2012. 54f. Monografia de graduação – Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis, 2012.

LOCATELLI, Rosimar; ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; ALMEIDA, Severina Alves de. **A Alfabetização Bilíngue das crianças indígenas Apinayé da Aldeia São José: aspectos pedagógicos e sociais**. In: ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; ALMEIDA, Severina Alves de (Orgs.). Educação escolar indígena e diversidade cultural. Goiânia: Ed. América, 2012. pp. 48-93.

SILVA, A. L.; NUNES, A. **Contribuições da etnologia indígena brasileira à antropologia da criança**. In: SILVA, A.L.; MACEDO, A. V.; NUNES, A. Crianças indígenas, ensaios antropológicos. São Paulo: Mari/Fapesp/Global, 2002. p. 11-33.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. 2001. "**Escolas indígenas: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação**." In LOPES DA SILVA, Aracy & FERREIRA, Marina (orgs.): Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola, pp. 44-70. São Paulo: Global FAPESP/ MARI.